

# **A INCLUSÃO DE UMA ALUNA COM SÍNDROME DE DOWN EM UMA ESCOLA REGULAR: UM ESTUDO DE CASO.**

Anna Terra Brandão– UEPB

[annaterrabrandao@gmail.com](mailto:annaterrabrandao@gmail.com)

Edilene Marinho de Souza

[edilenemarinhopb@hotmail.com](mailto:edilenemarinhopb@hotmail.com)

Michelly Arruda de Menezes – UEPB

[michellymenezesuepb1@hotmail.com](mailto:michellymenezesuepb1@hotmail.com)

Viviane de Almeida Silva

[etavivi@hotmail.com](mailto:etavivi@hotmail.com)

Prof. Esp. Nehemias Nasaré Lourenço (orientador) – UEPB

[prof.nemo@hotmail.com](mailto:prof.nemo@hotmail.com)

## **Resumo**

A inclusão de alunos com deficiência nas escolas regulares vem sendo ainda um grande desafio para as estâncias governamentais, assim como para educadores e familiares. Durante seu percurso profissional os professores não são contemplados de uma formação que realmente aprecie os pressupostos da educação inclusiva, dessa forma percebemos que os educadores por várias vezes não possuem uma formação adequada nem condições de trabalho. Buscando entender o universo da inclusão escolar e observando esse desafio em uma escola regular de ensino na cidade de Queimadas – PB no qual se tem uma aluna com Síndrome de Down, este trabalho surgiu do seguinte questionamento: Como acontece a inclusão de uma aluna com Síndrome de Down na escola regular de ensino da cidade de Queimadas – PB? O trabalho apresenta no primeiro momento o panorama histórico sobre a inclusão, em seguida as perspectivas inclusivas no âmbito escolar, os desafios do educador na educação inclusiva e aborda sobre a Síndrome de Down, por fim abordamos sobre os resultados da pesquisa realizada. A pesquisa busca apontar como a inclusão de uma aluna com Síndrome de Down ocorre na sala de aula do 4º ano do ensino fundamental em uma escola regular. Para coletar os dados utilizamos como metodologia a abordagem qualitativa e obtemos os dados através da observação e entrevista. Tivemos como referências os seguintes autores: Cardoso (2006), Fernandes (2006), Santos (2010), entre outros. Os resultados que alcançamos mostraram que como esperamos o processo de inclusão não acontece de forma significativa, que há muito que ser modificado.

**Palavras-chave:** Inclusão. Síndrome de Down. Inclusão escolar.

## Abstract

The inclusion of students with disabilities in regular schools has been still a major challenge for government offices, as well as for educators and families. During their career teachers are not contemplated a formation that actually enjoy the assumptions of inclusive education so that educators perceive many times do not have adequate training or working conditions. Seeking to understand the universe of school inclusion and observing this challenge in a regular school education in the city of Queimadas - PB in which we have a student with Down Syndrome, this work emerged the following question: How does the inclusion of a student with Down syndrome in the regular school in the city of Queimadas – PB happen? This paper presents the first time the historical overview of the inclusion in this city, then the inclusive perspectives in schools, the challenges of inclusive education and the educator discusses about Down Syndrome, finally we discuss the results of the survey. The research aims to show how the inclusion of a student with Down Syndrome occurs in the classroom of 4th year of primary education in a regular school. To collect data we used as a methodology to approach and obtain qualitative data through observation and interview. We had references to the following authors: Cardoso (2006), Fernandes (2006), Santos (2010), among others. The results show that we achieve as we expect the inclusion process does not happen in a meaningful way, there is much to be modified.

**Keywords:** Inclusion. Down syndrome. School inclusion.

## Introdução

É notório que termos alunos deficientes em salas de aula junto daqueles ditos “normais” é um grande passo no processo de inclusão, mas isso não quer dizer que a inclusão aconteça verdadeiramente, o que acontece nas salas de aula se encontra muito distante no que diz nas leis; a inclusão é muito mais que isso, a escola inclusiva respeita e reconhece todos os alunos, independente de suas características ou limitações, busca a participação de todos, adota novas práticas pedagógicas etc.

A inclusão de alunos com algum tipo de deficiência nas escolas regulares vem sendo ainda um grande desafio para as estâncias governamentais, assim como para educadores e familiares. Estamos falando em desafios porque muitos educadores em diversas regiões do Brasil ainda não receberam, durante seu percurso profissional, uma formação que contemplasse realmente os pressupostos da educação inclusiva, ou seja, uma educação que celebra a diversidade nas salas de aula em escolas regulares.

Buscando compreender esta realidade e encontrando este desafio no campo de atuação profissional no contexto escolar, surge a preocupação e o interesse em nos aprofundarmos nas questões que envolvem a inclusão de deficientes em salas de aula. Diante disso este estudo procura abordar como ocorre o processo de inclusão de uma adolescente com Síndrome de Down em uma escola regular do município de

Queimadas – PB. Não obstante, também, identificar quais as dificuldades que a professora encontra em incluir a fim de comprovar o fato de que a inclusão não acontece como se espera.

### **Aspectos históricos: um breve percurso**

A vida e as relações das pessoas com deficiência mudaram bastante no percurso histórico: de pessoas excluídas passam à condição de indivíduos com direitos. A proposta de inclusão é resultado de muitas discussões, estudos que tiveram participação de educadores e de pessoas deficientes que acreditaram que a inclusão poderia ser possível, lutaram para que as pessoas com deficiência tivessem seu lugar na sociedade, sem serem discriminadas e excluídas, dando-lhes oportunidades, garantindo condições de cidadania.

Nas sociedades antigas tivemos o período da exclusão na qual os indivíduos com deficiência eram abandonados e até mortos; as que eram abandonadas eram também excluídas da sociedade, conseqüentemente, eram excluídas da educação escolar. Na Idade Média os deficientes eram “associados à imagem do diabo e aos atos de feitiçaria, eram perseguidos e mortos”. (CARDOSO, 2006, p. 16).

Na Antiguidade as crianças que nasciam com algum tipo de deficiência não tinham valor social, logo, eram exterminadas. Muitas crianças eram abandonadas em montanhas, atiradas nos rios e penhascos, pois eram “consideradas uma ameaça à manutenção da sociedade da época em virtude das limitações e das imperfeições que apresentavam”. (FERNANDES, 2006, p. 20). Podemos observar a exclusão das pessoas com deficiência nos escritos de Misés (1977 apud CARDOSO 2006, p. 14):

Nós matamos os cães danados e touros ferozes, degolamos ovelhas doentes, asfixiamos recém-nascidos mal constituídos; mesmo as crianças se forem débeis ou anormais, nós as afogamos, não se trata de ódio, mas da razão que nos convida a separar das partes sãs aquelas que podem corrompê-las.

Outro momento histórico da trajetória da inclusão é o período da segregação. Nesse período surgem as instituições especializadas separadas das regulares. Apesar das instituições especializadas separarem os ditos “anormais” da sociedade foi graças a elas que os deficientes começaram a ter acesso à educação formal, tiveram a oportunidade ao

estudo. Podemos observar, então, que do período de exclusão até a segregação já se teve um grande avanço.

No período da integração, as crianças deficientes já começam a serem aceitas nas escolas regulares. Os alunos são integrados na sala de aula, mas estes precisavam adaptar-se às estruturas do sistema escolar, se não conseguissem acompanhar, aprender no mesmo ritmo que os outros ditos “normais”, esses “diferentes” teriam que ter um atendimento separado, em outros espaços.

Nas situações de integração escolar, nem todos os alunos com deficiência cabem nas turmas de ensino regular, pois há uma seleção prévia dos que estão aptos à inserção. Para esses casos, são indicados: a individualização dos programas escolares, currículos adaptados, avaliações especiais, redução dos objetos educacionais para compensar as dificuldades de aprender. Em suma: a escola não muda com um todo, mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências. Montoan (2003 apud FERNANDES, 2006, p.30).

Já a partir da proposta de inclusão os alunos com algum tipo de deficiência são inseridas na mesma sala com os ditos “normais”, dessa vez a escola que tem que se adaptar as necessidades dos alunos ditos “anormais” e não eles as exigências do sistema escolar. A figura abaixo representa sumariamente o que expomos até o momento:

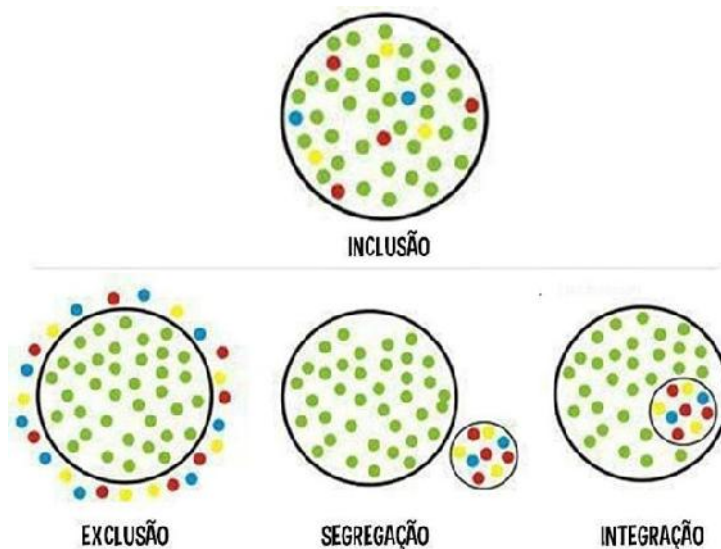


Figura 1. Inclusão, exclusão, segregação e integração.  
Disponível em: <http://inclusio1.blogspot.com.br/2013/05/aprenda-diferenciar-inclusao-de.html>

## Perspectivas inclusivas no âmbito escolar

Importantes documentos, tanto a nível internacional como nacional, vêm defendendo o respeito à diversidade nas escolas regulares, a exemplo da Declaração de Salamanca de 1994 e a LDB 9.394/96, respectivamente.

Ambos os documentos defendem o direito que todas as pessoas independente de etnia, diferenças linguísticas, religião, possuir ou não uma deficiência, estejam matriculadas em escolas regulares. Essa concepção visa quebrar velhos paradigmas construídos ao longo da historia da humanidade em relação às pessoas com deficiência, como também aquelas pessoas que fazem parte de uma minoria étnica ou linguística.

A Declaração de Salamanca afirma que:

[...] o princípio fundamental das escolas inclusivas consiste em todos os alunos aprenderem juntos, sempre que possível, independentemente das dificuldades e das diferenças que apresentem. Estas escolas devem reconhecer e satisfazer as necessidades diversas dos seus alunos, adaptando-se aos vários ritmos e estilos de aprendizagem, de modo a garantir um bom nível de aprendizagem para todos [...]. (UNESCO, 1994, p.11).

O princípio fundamental desta linha de ação é que as escolas regulares devem receber todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras.

Podemos entender como um dos traços de uma educação inclusiva, uma política de justiça social que alcança alunos com necessidades educacionais especiais, possibilitando que todos tenham a mesma oportunidade, favorecendo a igualdade de direitos. Para termos uma educação inclusiva significativa precisa-se respeitar e reconhecer todos os alunos, independente de suas características ou limitações, buscando a participação de todos, adotando, adaptando ou criando novas práticas pedagógicas.

Nesse sentido, procura-se criar condições dentro da escola para que todos os alunos, com suas diferenças, possam se desenvolver e usufruir, com autonomia, do máximo de oportunidades de aprendizagem. Logo, as mudanças propostas para a escola, são as bases fundamentais do processo de inclusão educativa, constituindo-se, assim, como um imperativo moral, principalmente, numa sociedade excludente.

**Desafio do educador na educação inclusiva**

As perspectivas inclusivas em sala de aula recaem nas mãos dos educadores, estes têm o compromisso de efetivá-las, sendo assim podemos dizer que os educadores são de grande relevância no processo de inclusão. Mas, sabemos que a grande maioria dos professores não possui uma formação adequada, visto que as leis de inclusão não vieram acompanhadas de formação adequada para educadores tampouco às condições de trabalho.

Fernandes (2006, p. 69-70) aponta alguns empecilhos quando se pensa na formação dos professores para a inclusão:

Despreparo para lidar com o aluno com necessidades educacionais; desconhecimento de conteúdos e metodologias específicas; insegurança no estabelecimento de interações cotidianas mais elementares: aproximação, comunicação, interação etc; ausência de critérios para avaliar o aproveitamento escolar de aluno.

Os professores precisam ter em mente que a inclusão é possível, acreditar no potencial de seus alunos deficientes, acreditar que mesmo com suas limitações eles são capazes de aprender. Com a presença de alunos com algum tipo de deficiência em sala de aula pode proporcionar aos educadores mudanças das suas práticas pedagógicas, dos seus métodos, fazendo com que todos aprendam tanto aqueles ditos “anormais” quanto os ditos “normais”. Como este artigo pretende evidenciar uma deficiência, qual seja, a Síndrome de Down, cremos ser plausível explicitarmos o que seja.

### **A Síndrome de Down em foco**

A Síndrome de Down (SD) “é um acidente genético que ocorre no par do cromossomo 21, com a presença de um cromossomo extra”. (CASTRO; PIMENTEL, 2009, p.304). Devido à presença do cromossomo a mais o desenvolvimento cognitivo sofre um atraso, mas isso não quer dizer que as pessoas com SD não tenham a mesma qualidade de vida que as outras ditas “normais”, apesar de suas limitações elas também possuem potenciais.

As crianças com SD apresentam algumas características semelhantes como: boca pequena, pescoço curto, mãos e pés pequenos, olhos puxados, etc., diferenciando-se nos seus aspectos de desenvolvimento como: socialização, linguagem, capacidades com a vida cotidiana, entre outros.

O desenvolvimento do indivíduo portador da SD é, tanto quanto o de qualquer não portador, resultante de influências sociais, culturais e

genéticas; incluindo-se aí as expectativas havidas em relação às suas potencialidades e capacidades e os aspectos afetivo-emocionais da aprendizagem. (BISSOTO, 2005 apud LIMA; SOUSA; LEITE; ALCHICRI; SILVA; ALBUQUERQUE, 2009, p. 37).

Desse modo, é possível observar que as crianças com Síndrome de Down possuem as mesmas capacidades que as outras crianças apesar de sua deficiência. O importante é que as crianças com SD desde cedo sejam estimuladas, convivam em ambientes inclusivos e que tenham pessoas que acreditem nos seus potenciais. Convivendo com as outras pessoas, estudando em escolas regulares que tenham a proposta inclusiva essas crianças terão um maior desenvolvimento cognitivo.

## **Metodologia**

Com o ensejo de averiguarmos como - ou se ocorre - a inclusão da aluna com SD na escola referenciada outrora, usamos as seguintes práticas metodológicas: entrevista semi-estruturada, análise *in loco*, ou seja, a pesquisação, pesquisa bibliográfica, feita de relatórios. Com essas abordagens metodológicas, evidencia-se que a nossa pesquisa seguiu um caráter qualitativo e não quantitativo. (SEVERINO, 2007. p. 118-119).

Após, seguimos com as análises dos resultados. Para isso, separamos três meses para que as análises pudessem ser feitas de maneira adequada sem haver, por conseguinte, nossos juízos de valores, ou seja, nossas crenças quanto ao tema. Buscamos, então, centrar-nos apenas nos referenciados autores/ estudiosos que configuram as referências do presente estudo.

## **Análise dos resultados**

Durante as observações em sala de aula e através da entrevista, pudemos perceber que há dificuldades no ensino e aprendizagem da aluna com Síndrome de Down. A professora demonstrou e relatou em entrevista que sente dificuldades em transmitir os conhecimentos para a aluna, mencionando que na sala de aula ela precisa de uma auxiliar, pois o número de alunos é extenso. Também, coloca a questão da falta de um currículo adaptado. Percebemos, aqui, alguns dos problemas no processo de inclusão que são: a falta de uma formação adequada e condições de trabalho para ter uma inclusão significativa. No que se refere ao currículo temos que ter em mente que:

a ideia do currículo adaptado está associado à *exclusão na inclusão* dos alunos que **não conseguem acompanhar o processo dos demais colegas** na aprendizagem. Currículos

adaptados e ensino adaptado negam a aprendizagem diferenciada e individualizada. (SANTOS, 2010, p.15, grifo nosso).

Os educadores devem acreditar no potencial de todos seus alunos, o ensino e o currículo devem atender a todos, fazendo com que a aprendizagem seja possível tanto para aqueles sem deficiência quanto para aqueles com deficiência.

A aluna com Síndrome de Down tem 15 anos de idade e está no 4º ano do ensino fundamental na escola de ensino regular no município de Queimadas – PB, ela ainda não consegue ler e nem escrever adequadamente - apenas copia o que é proposto pela professora.

Apesar das dificuldades de aprendizagem encontrados na adolescente com SD, é perceptível que ela tem um ótimo relacionamento com os demais alunos, apresenta um bom desenvolvimento na linguagem (apesar de ainda apresentar dificuldades) e também vem apresentando uma boa coordenação motora. Observamos, assim, a relevância da inserção da aluna com SD na escola regular, conquanto mesmo com todas as dificuldades ela aos poucos está desenvolvendo suas capacidades. Castro e Pimentel (2009, p. 308) mostram que as práticas inclusivas do indivíduo com SD têm demonstrado que elas

1. estimulam o desenvolvimento de habilidades na convivência com as diferenças;
2. oportunizam interação entre alunos – aprendizagem colaborativa;
3. favorecem aspectos do desenvolvimento geral e aprimoramento da linguagem;
4. devem ser pautada no atendimento às necessidades educacionais específicas, sem abandonar os princípios básicos da educação propostos aos demais alunos;
5. prevêm um trabalho voltado para potencialidades;
6. requerem, em algumas situações, um processo de adaptação curricular.

### **Possíveis Considerações Finais**

Sendo conhecedores que o saber, o conhecimento não é estático e que para um maior aprofundamento de um tema, faz-se necessário a busca do mesmo em trabalhos já publicados, desprezando aqui a sua especificidade. Noutros termos, pouco importa se o trabalho analisado se configura como um artigo, pesquisa ou projeto, o que nos interessa é o teor que o mesmo apresenta quanto à sua essência.



Isto posto, cremos que seria audácia de nossa parte se disséssemos que concluímos o nosso artigo aqui, pois acreditamos que o mesmo servirá de guia ou de material de apoio para trabalhos vindouros sobre a temática abordada.

Sabemos, também, que a questão da inclusão das pessoas com deficiência nas escolas regulares já vem sendo discutido há muito tempo; percebemos que a proposta de inclusão posta nas leis não acontece de forma significativa na realidade em sala de aula.

As leis de inclusão não vieram acompanhadas de formação adequada dos educadores nem das condições de trabalho.

O conjunto do que foi levantado na pesquisa apontou a necessidade não só da professora do campo de pesquisa, mas de todos os professores acreditarem que a inclusão é possível. Acreditar no potencial de seus alunos deficientes, que mesmo com suas limitações eles são capazes de aprender pode ser o primeiro passo para que este tipo de educação aconteça de fato.

A criança com deficiência deve ser avaliada do mesmo modo que as outras crianças que não têm deficiência, os professores devem trabalhar a deficiência em sala de aula, para que seus alunos entendam e possam crescer sem preconceito. Devemos vê-los como pessoas como nós, que têm sonhos, medos e que possuem capacidades de realizar atividades como qualquer pessoa.

Ainda é relevante ressaltar que no que se refere à inclusão da aluna com SD na escola regular ainda há muito que ser feito, sugerimos que a professora faça modificações na sua prática pedagógica, que possa envolver todos os alunos, tanto aqueles ditos “normais”, quanto a adolescente com SD, onde com suas metodologias todos possam aprender.

Através da união entre a teoria e a prática, foi possível responder os objetivos propostos no início da pesquisa. Observamos que no campo educacional há necessidade de professores que capacitados e que acreditem na proposta de inclusão, em uma educação de qualidade para todos.

## **Referências**

CARDOSO, Merilene da Silva. Aspectos históricos da educação especial: da exclusão à inclusão – uma longa caminhada. *In*: STOBÄUS, Claus Dieter; MOSQUERA, João José Mouriño. (orgs.). Educação Especial: em direção à educação inclusiva. Porto Alegre: Edipucrs, 2006.

CASTRO, Antonilma Santos Almeida; PIMENTEL, Susana Couto. Síndrome de Down: desafios e perspectivas na inclusão escolar.

FERNANDES, Sueli. Fundamentos para educação especial. Curitiba: Ibpex, 2006.

ROPOLI, Edilene Aparecida [et. al.]. A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva. Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Especial; [Fortaleza]; Universidade Federal do Ceará, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. Ed. Ver. E atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SUSANA, C. Lima; SOUSA, Cândida; LEITE, Rafael Bender das Chagas; ALCHIERI, João C.; SILVA, Regia H.; ALBUQUERQUE, Fabiola S. Síndrome de Down: estudo exploratório da memória no contexto de escolaridade.

UNESCO. Declaração de Salamanca. Brasília: Corde, 1994.